

Projeto

História Global
das Utopias

História Global das Utopias

GIANFRANCO FERRARO¹

JOSÉ EDUARDO FRANCO²

A História das utopias é, antes de mais, a História de um código cultural essencialmente interdisciplinar ou transdisciplinar. Como tal, a utopia pode ser estudada nos seus aspetos filosóficos, literários, políticos, pedagógicos, religiosos e artísticos. Porém, nenhum âmbito disciplinar consegue abranger todas as componentes da utopia. A utopia excede os limites de uma análise elaborada através de quadros epistemológicos demasiado restritos, precisa de um olhar complexo, «global», no sentido lato do termo.

Como objeto, a utopia coloca, portanto, o problema de uma epistemologia capaz de «compreender» — no sentido weberiano — o objeto nas suas diferentes declinações. É difícil, contudo, pensar a utopia em sentido abstrato. Como lembraram Pierre Macherey (2011: 16)

e Thierry Paquot (2018: 4), o estudo da utopia implica já uma qualquer forma de prática. Neste sentido, será possível dizer que a utopia necessita de uma epistemologia não isenta de uma componente performativa. A causa desta característica dupla da «utopologia» é inerente, portanto, às próprias características do código utópico. O estudo da utopia torna-nos cúmplices do espírito utópico. Coleção de figuras da imaginação, de não-lugares, ou de bons lugares, a utopia remete, também, para uma necessidade de transformação das formas de vida.

Uma primeira componente decisiva de uma epistemologia que concerne a utopia pode ser encontrada, portanto, na História: estudar a utopia implica compreender historicamente a coleção de imagens e de práticas que a

¹ Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4449-6127>.

² Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5315-1182>.

constituem (Mumford, 2007). Como História de figuras paradigmáticas – tendo em conta, por exemplo, o modelo da «ilha perdida» –, a História da utopia deve incluir, seguindo a abordagem de Foucault ao método histórico, uma modalidade arqueológica e uma modalidade genealógica. Trata-se de investigar, mais do que uma origem, os multiformes processos que conduziram à definição de um paradigma, assim como os vestígios através dos quais determinadas figuras ou práticas foram influenciadas, como no caso da receção do platonismo no primeiro humanismo ou nas utopias religiosas.

Uma segunda componente, igualmente decisiva, da «utopologia», está assente na sua vocação comparativa: sendo um código que atravessa espaços disciplinares diferentes ou até âmbitos ao mesmo tempo teóricos e práticos, a utopia deve ser diferenciada de outros códigos, como, por exemplo, o código da ideologia ou da profecia (Ricoeur, 1991; Prodi, 2013). Contudo, a utopia carece, ainda, de um estudo comparado para se compreender de que forma modelos e paradigmas se repetem ou se diferenciam em contextos culturais diferentes, a partir do uso de determinadas figuras e modelos. De que forma a utopia se incorpora em atitudes revolucionárias de diferentes épocas, por vezes influenciadas por valores religiosos e outras vezes completamente ateias?

Por fim, uma terceira componente decisiva de uma «utopologia» implica o estudo da ma-

téria própria do «espírito da utopia»: tal como Ernst Bloch sublinhou – «*incipit vita nova*» –, a utopia implica sempre um anseio de transformação das existências. A História da utopia foi sempre, desde a Antiguidade, a História das grandes crises espirituais da humanidade (Canfora, 2014). Pode-se, portanto, colocar a utopia no contexto da longa História das espiritualidades humanas, que até através da própria utopia podem ser ligadas à consistência antropológica deste anseio de transformação, comum aos humanos das mais diferentes culturas. Se a espiritualidade utópica parece, efetivamente, implicar sempre uma qualquer forma de «conversão», uma História da utopia deve estar ligada a uma História das formas de conversão definidas por práticas ou figuras que se reconhecem como utópicas (Abensour, 2013: 16-17; Ferraro, 2021b; Ferraro, 2022). Manejar a utopia implica, portanto, um olhar histórico e comparativo sobre as figuras e as práticas ligadas às formas de «espiritualidade», no sentido que Foucault e Hadot deram a esta palavra (cf. Ferraro, 2019). Pela mesma razão, uma «utopologia» parece estar necessariamente ligada a uma antropologia da espiritualidade (Ferraro, 2021a).

Se as características de uma epistemologia histórica focada na utopia são desta forma traçadas, é preciso delinear igualmente uma catalogação dos objetos utópicos. É, precisamente, neste contexto que uma epistemologia dos estudos globais pode revelar-se útil.

Ao longo da história, muitas foram as utopias que pretenderam ter um alcance «global», isto é, um alcance direcionado à humanidade como tal, e não só a uma parte dela. Como tal, o pensamento utópico, nas suas mais diversas configurações, baseia-se em pressupostos antropológicos diretamente relacionados com a mundivisão que uma determinada época tem de si mesma ou que alguns autores, por vezes à margem daquela época, pensam poder ou dever ser alcançada pela humanidade no seu todo. Na História das Religiões, por exemplo, utopias globais são as que acompanharam uma ideia universalista da Igreja, desde a conversão de S. Paulo até à própria Reforma. E as utopias político-religiosas de alcance global são aquelas que caracterizam o movimento jesuíta, também produtor de um modelo «global» de pedagogia que se concretizará no protótipo do Colégio, antecessor das formas globais da pedagogia moderna (Franco, 1999).

Esta vertente «universalista» da utopia implica, muitas vezes, desenhos utópicos que, se realizados, podem virar do avesso a intenção dos que os imaginaram, tornando a idealização de uma forma de vida feliz numa prática totalitária. É aqui que, muitas vezes, encontramos o risco de muitas utopias se tornarem próximas de formas distópicas. Contudo, é através desta vertente da utopia que encontramos, por meio de formas de escrita explicitamente críticas ou satíricas, o espírito dirigido à libertação das partes mais frágeis da sociedade e a uma compreensão abrangente dos problemas hu-

manos. Também neste contexto, as distopias literárias – como em *1984*, de Orwell – pretendem alertar o presente, a partir da prefiguração de uma possibilidade negativa futura. Não é, pois, por acaso que os movimentos políticos e espirituais, assim como a utopia produtivista e socialista de Fourier, as utopias do século XIX de Saint-Simon e de Proudhon e muitas das declarações nas quais se baseiam os «direitos humanos», como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), são filhas do espírito utópico da cada época, para além de serem também fruto das suas tragédias históricas.

Ao lado desta vertente «universalista» da utopia, podemos encontrar uma vertente fechada e comunitarista, «isolacionista», que envolve a representação ou a transformação utópica de uma pequena porção de humanidade. Na própria origem da «utopia» moderna, ligada ao humanismo, Thomas More faz-nos encontrar uma humanidade segregada numa ilha perdida do Novo Mundo. No âmbito desta abordagem longínqua e separada do resto da humanidade inserem-se, de resto, também a utopia da *Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella, e a utopia cientista *New Atlantis*, de Francis Bacon. Neste caso, a utopia assume a figura de uma humanidade desligada do resto das outras civilizações, mas que, ao mesmo tempo e pela sua própria distância, consegue realizar um ideal de felicidade ou de «boa vida» que, de outra forma, não seria realizável.

Contudo, também neste caso é possível sublinhar, a partir da própria influência platónica e neoplatónica, que a figura da utopia surge em contextos muito diferenciados e com objetivos diferentes, o que implica a possibilidade de abordar também estas utopias como um paradigma recorrente das culturas humanas, o que é meritório de um estudo genealógico e comparativo de alcance «global».

A recente epistemologia focada nos Estudos Globais permite, hoje, abordar de forma inovadora a própria História das utopias. Por um lado, pela sua vocação comparatista, endereçada ao estudo inter- ou transdisciplinar de códigos e de práticas; por outro lado, pela sua vocação histórica, apta a compreender de que forma um quadro ou um sistema de pensamento se definiu ou se realizou numa época histórica ou se projetou sobre uma outra.

A imagem da cidade que se faz mundo, figura decisiva da constituição da forma de civilização da Antiguidade romana e da própria *translatio imperii* ocidental, reaparece, também, na declinação dos tecidos urbanos das metrópoles, das megalópoles e, por fim, das cidades globais da época contemporânea, resultando na persistência de um código utópico em que se constrói uma relação entre cidade e mundo. Decisivo, por outro lado, para a própria arquitetura, o pensamento utópico reescreveu não só as formas das cidades ao longo dos séculos, mas também os próprios espaços habitacionais, o *design* e as modas.

Formas utópicas de alcance global podem ser encontradas nas *Passages* de Paris estudadas por Benjamin, bem como na visão universalista das *Exposições universais* e no modelo das vilas operárias do século XIX, muitas vezes projetadas a partir dos Falanstérios de Fourier. No século XX, todas as grandes capitais são também devedoras da ideia utópica da «cidade que sobe», representada pelo pintor Umberto Boccioni, e que se concretizará globalmente na construção dos arranha-céus e dos núcleos habitacionais do modernismo. A inauguração da nova capital do Brasil, Brasília, concretizará, ainda, em 1960, um novo paradigma de utopia urbana. A utopia urbana torna-se decisiva para compreender as transformações urbanas globais, na construção de uma ideia de «cidade global», e até as possibilidades de reforma ou de resistência, como no caso do «direito à cidade» de Lefebvre, ainda hoje presente nos movimentos políticos urbanos.

«Global», na definição de hábitos e de formas que dão consistência à forma de vida, ao *bios*, de existências até muito distantes geograficamente, uma utopia económica, como a utopia capitalista pós-fordista, não deixa de ser também «local», juntando-se às formas de vida específicas de uma determinada população. Neste sentido, abordar o pensamento utópico permite-nos compreender também os caracteres «glocais» das formas de vida contemporâneas, assim como os esforços de resistência, de contraste, ou até de revolta, que, mais uma vez, se contrapõem utopicamente a

paradigmas de governo. Instrumento dos poderes históricos, mas também instrumento das formas de resistência, a utopia apresenta os seus caracteres «globais» também no sentido de esclarecer a persistência de uma forma de imaginação utópica em todos os contextos em que se determina um conflito entre formas de vida ou formas de imaginação. Um mesmo código pode assumir, também, sentidos utópicos diferentes, caracteres simbólicos de um poder e de resistência a este poder. Na moda, o uso das calças de ganga, antes associado ao mito da nação americana, torna-se por exemplo utopia global de resistência dos jovens do movimento de 1968 e, por fim, utopia comercial. De forma semelhante, na História dos grandes «logos» é possível verificar a transformação de utopias globais de resistência em novas utopias de uniformização.

Se qualquer epistemologia e qualquer necessidade histórica nasce de uma exigência que nos vem do presente, uma abordagem à utopia através de uma epistemologia dos Estudos Globais deve nascer, portanto, das próprias características da nossa época. Se pensar a época presente implica pensar as formas de globalidade que a caracterizam, abordar a «utopologia», atualmente, implica pensar as diferentes figuras e práticas que geraram utopicamente a época presente, oferecendo instrumentos de conformação dos estilos de vida, assim como de resistência a esta homogeneização.

A própria compreensão da «globalização», como resultado da modernidade, implica, de resto, analisar o conteúdo utópico que deu origem aos diferentes movimentos culturais que visaram pensar o mundo como um todo. Nos últimos 30 anos assistimos à aparição de uma série de fenómenos cuja rapidez e novidade estão bem longe de serem plenamente assumidas. Por um lado, a brutal aceleração tecnológica digital e a viragem financeira da economia capitalista; por outro lado, a aparente criação de um mundo caracterizado por formas de vida e desafios cada vez mais comuns a toda a humanidade.

Se para Marshall McLuhan, o «novo mundo», interligado através das novas tecnologias, poderia parecer uma «aldeia global», hoje é o próprio paradigma das redes sociais a permitir-nos ver como o «espírito utópico» próprio da ciência informática foi fundamental para a construção do novo mundo tecnológico em que vivemos, através da tradução da noção de praça física numa grande praça virtual.

Tendo como objeto os fenómenos que deram vida ao mundo global em que vivemos, assim como a todos os fenómenos históricos que tentaram alcançar uma visão global, os estudos globais devem, portanto, ter em conta a utopia como fenómeno decisivo de qualquer «globalização» histórica, assim como da própria noção de globalização. Os novos caminhos da ecologia, de uma ciência astronómica que quer abrir novas direções, até interplane-

tárias, à humanidade, ou de uma ciência médica e tecno-neurológica, que visa estender as possibilidades do ser humano para além dos limites biológicos da espécie, que caracterizam algumas das utopias políticas e científicas contemporâneas, mostram como a utopia constitui uma força histórica decisiva da globalização atual.

Como esclarece Sebastian Conrad, há três variantes em que o paradigma de História Global se declinou até agora: uma variante que implica uma visão que tudo abrange, a partir, por exemplo, do estudo de uma determinada temática; uma variante que implica o estudo das conexões entre fenómenos aparentemente heterogêneos, que acontecem globalmente numa determinada época; e, por fim, uma variante que tenta ligar as evoluções históricas internas de um contexto às transformações inerentes a contextos a ele contemporâneos (Conrad, 2019: 17-22). Desta forma, o próprio estudo da globalização contemporânea pode tirar proveito de uma abordagem da utopia. Uma História Global das Utopias permite-nos relacionar a evolução dos códigos e das práticas das utopias em determinados contextos, mostrando como estes últimos estão ligados a transformações do imaginário espiritual, político, artístico e económico, que acontecem paralelamente, em contextos diferentes. A utopia pode ser reconhecida, assim, como um fator determinante das formas históricas de globalização.

A construção de um pensamento complexo efetivamente apto para compreender as conexões inovadoras de uma cultura globalizada, tal como indicado por Edgar Morin (2005) ou por Peter Sloterdijk (2008), insere-se, de resto, no próprio horizonte do pensamento utópico. Desta forma, a própria epistemologia dos Estudos Globais se adapta ao seu próprio objeto, objeto esse que lhe permite um questionamento de si mesma enquanto epistemologia utópica (Franco e Caetano, 2020).

Trazendo consigo imagens de utopias globais passadas, ao mesmo tempo que produz outras formas de utopia global, a «globalização» e os fenómenos globais que caracterizam a nossa civilização contemporânea podem, portanto, ser abordados como objetos utópicos, permitindo, assim, o desenvolvimento de uma metodologia de estudo que os coloque na História das utopias globais, a compreensão do alcance global das formas utópicas e, por fim, o desenvolvimento de uma epistemologia utópica capaz de se redefinir no seu encontro com o seu próprio objeto.

Estudar a História Global das Utopias abre-nos, portanto, um campo de investigação inédito sobre as muitas formas através das quais uma sociedade e os seus indivíduos determinam os quadros teóricos e práticos de repensamento e ultrapassagem dos seus próprios limites. Mais ainda, sem esquecer o conteúdo prático que qualquer abordagem à utopia traz consigo, esta História implica uma reflexão sobre

o substrato antropológico como tal, verdadeiramente global e, simultaneamente, subjetivo, que a utopia revela, no seu incansável desejo de transformar o presente e de oferecer novos e diferentes caminhos à humanidade, até quando o horizonte de uma forma histórica de humanidade parece mais fechado.

Bibliografia

Abensour, M. (2013). *L'homme est un animal utopique. Utopique II*. Sens&Tonka. Paris;

Canfora, L. (2014). *La crisi dell'utopia. Aristofane contro Platone*. Laterza. Roma/Bari;

Conrad, S. (2019). *O que é a história global*. Edições 70. Lisboa;

Ferraro, G. (2019). Philosophical conversion to another life. *Epistrophè, metanoia, alethurgy and philosophy as a way of living otherwise. Thomas Project*, **2**: 58-77;

Ferraro, G. (2021a). Conversioni utopiche. Per un'antropologia della spiritualità. *Parole-chiave*, **6** (nova série): 101-116;

Ferraro, G. (2021b). Ernst Bloch e a conversão utópica. *Dialectus*, **10** (21): 84-96;

Ferraro, G. (2022). Retorica e antiretorica nell'Utopia di Tommaso Moro. Dall'*inventio*

letteraria alla conversione filosofica. *Rétor*, **12** (2): 27-46;

Franco, J.E. (1999). *Teologia e utopia em António Vieira*. Separata da *Lusitania Sacra*. Lisboa;

Franco, J.E. e Caetano, J.R. (coords.). (2020). *Globalização como problema. Temas de Estudos Globais*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra;

Macherey, P. (2011). *De l'utopie! De l'Incidence*. Saint Vincent de Mercuze;

Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Meridional-Sulina. Porto Alegre;

Mumford, L. (2007). *História das utopias*. Lisboa. Antígona.;

Paquot, T. (2018). *Utopie et utopistes*. La Découverte. Paris;

Prodi, P. (2013). *Profezia vs utopia*. Il Mulino. Bologna;

Ricoeur, P. (1991). *Ideologia e utopia*. Edições 70. Lisboa;

Sloterdijk, P. (2008). *Palácio de cristal. Para uma teoria filosófica da globalização*. Relógio d'Água. Lisboa.